

Ilusões da globalidade

(Continuação do artigo "algumas hipotecas graves da cultura ocidental" cuja publicação se iniciou na edição de Novembro)

6. - Ora, hoje em dia, já sabemos suficientemente-antes, todavia, já havia gente sensata e crítica que o sabia!-que o **projecto do capitalismo** global, à escala planetária como hoje se pretende, não passou e não passa de uma gigantesca montanha de ilusões, a qual, de resto, já se encontra a sofrer os abalos sísmicos que merece !... (Vide, em especial, o livro adulto e crítico do universitário de Oxford, John Gray: 'False Dawn: The Delusions of Global Capitalism', Granta Books, London, 1998).

Para quem ainda não sabia e facilmente se deixou enredar na **floresta de enganos**, que já nem ao vulgo se desculpa (!...), sabemos bem e comprovamos, hoje, à luz meridiana, a tese de que **liberalismo político e liberalismo económico** são estruturalmente contraditórios (cf. idems ibi, pp. 136 e ss.). Aliás, isto mesmo já o sabia e afirmava claramente o nosso mestre lusíada Agostinho da Silva, na sua 'Reflexão', assinada em Belo Horizonte, Janeiro de 1956 (cf. a 3a ed. desta obra, da Guimarães Editores, Lisboa, 1996, p.136).

Definir, de facto, os tempos hodiernos pela suposta **lógica do mercado global**, articulada sob as bênçãos da gramática da democracia, mais exacto, de uma suposta **ciber-democracia**, não passa, assim, de uma impostura grosseira e monumental. Eis por que, analogamente, vemos que continua a ser sofisticado e enganador o tipo de discurso expandido, por ex., por Mário Soares, nos seguintes termos (in 'Dois anos depois', Notícias Editorial, Lisboa, 1998, p. 105): "Acrescente-se que não é legítimo estabelecer uma conexão necessária entre economia de mercado e democracia. Se é certo que não há exemplo de democracias plenas sem economia de mercado-foi a lição que o Mundo tirou do colapso generalizado dos países comunistas-a inversa não é verdadeira, visto que há casos de ditaduras que conseguem obter apreciáveis índices de crescimento económico, pelo menos a curto prazo". Raciocinar assim, é permanecer eternamente acororado à superfície das coisas!... Foi este tipo de pensamento e discurso meio crítico e meio ingénuo que se tornou responsável pelo não-aprofundamento crítico do malogrado projecto socialista do século e pela submissão (negativa ou positiva...) uniformista e acéfala ao 'socialismo de Estado', antecipadamente condenado ao fracasso. Por que razões (inconfessadas?!...) não se deu vento à vela, por exemplo, da democracia económica e social, da democracia participativa e directa, do próprio 'comunismo dos conselhos', que os teóricos holandeses deste século souberam perfilar?!...

Efectivamente, só os partidários da distinção e separação estruturais, na realidade humana, entre o **material** e o **espiritual**, só os que, por conseguinte, se afirmam contra o holismo antropológico e a necessária e vital união de corpo e espírito, só esses é que poderão subscrever aquela cartilha mecanicista e louca: o 'santo graal' do 'mercado livre', qual varinha de condão que vai trazer consigo todas as positivities da vida!...

7. - Parafrazeando o célebre **Manifesto do Partido Comunista** de Marx e Engels, poder-se-ia dizer: um espectro tenebroso ameaça a Humanidade de hoje; e ele é precisamente essa desenfreada mobilidade planetária dos capitais. Na esfera do capitalismo neoliberalista global de hoje, que tanto se reclama dos 'free markets', (ilusoriamente...), não há e não pode mesmo haver, por definição, democracia possível. John Gray, no livro acima citado, explanou bem esta temática no cap. 4 subordinado ao título: 'How global free markets favour the worst kinds of capitalism: a new Gresham's Law?' (pp. 78 e ss.). Que nos revelava o Teorema ou Lei de Gresham de há mais de três séculos? Muito simplesmente, e em resumo, que **o mau dinheiro afasta o dinheiro bom**, mas o **bom dinheiro não pode afastar o mau dinheiro!**... Na sua teoria económica, Keynes já reconhecia e salientava que a mobilidade internacional do capital financeiro acabava por curto-circuitar as políticas de pleno emprego dos governos nacionais. Hoje em dia, é a mobilidade global planetária do capital que atira para as margens dos mega-aparelhos da Economia global a simples gestão económica nacional e torna, assim, 'impossível', por definição, a acção própria interventiva dos Governos nacionais, colocando os próprios Estados soberanos a braços com uma desregulação competitiva que lhes reduz e anula (de morte...) a sua própria condição específica de exercício do Poder. É óbvio que, neste horizonte pós-Guerra Fria, as economias nacionais que mais sofrem e resultam prejudicadas são precisamente as chamadas **Economias sociais de mercado**. O que, portanto, nos ensina a Lei de Gresham e que o 'mau capitalismo' afasta sempre e inevitavelmente o 'bom capitalismo' (cf. idems ibi, pp.79.-) De facto, "as condições que conferem uma vantagem estratégica ao mercado livre sobre as economias sociais de mercado do período pós-guerra são um comércio livre global desregulado em conjunção com uma mobilidade global do capital irrestrita. Num mercado global de comércio livre, a vantagem está (mantendo-se iguais outras coisas) do lado das firmas cujos custos são baixos. O que é verdade, quer se trate dos custos do trabalho, dos custos da regulação ou dos custos dos impostos" (idem, ibi, p.80). A mobilidade global do capital condu-lo precisamente para os países e/ou empresas onde os custos sociais são mais baixos e os lucros mais altos... Assim, por conseguinte, não é dentro dos mecanismos correntes da **eficiência económica** que se deve procurar o argumento central/nuclear contra a liberdade global irrestrita no comércio e nos movimentos de capitais. Esse argumento tem de indagar-se na base mais sólida e profunda do **Anthropos**, ou seja: nesse elementar e simples postulado de que **a economia tem de estar ao serviço das necessidades da sociedade, e não ao serviço dos**

imperativos do mercado (cf. idem ibi, p.82).

Assim, por conseguinte, é no cincho da moral e da ética que se têm de procurar as críticas e os argumentos decisivos para reestruturar e refundar a Economia política. Como faz Henri Bourguinat, no seu livro recente 'L'Économie morale' (Arléa, 1998); como fizémos nós na nossa Lectio Sapientiae de 4 horas, na Abertura solene das aulas no Seminário Maior de Coimbra, em Novembro de 1962, num trabalho de 120pp. subordinado ao título: 'A Economia do Dom'. Quem não vê, hoje, que chegou mesmo a hora de moralizar a Economia?! É que o actual processus de globalização da **economia financeira** (que pouco ou nada tem a ver com a 'economia real') está a cavar uma verdadeira ruptura na natureza tradicional dos fenómenos económicos: já não se trata de evolução progressiva, mas de mutação!... A finança desregulamentada e ubiquista trouxe consigo a incontrolada 'tirania dos mercados'. Subordinada à vigilância e à sanção dos mercados, a acção pública das políticas económicas dos Estados-nações viu-se diluída e anulada. Ora, entre a suposta aceitação do mercado como solução óbvia a pretexto da eficácia, por um lado, e por outro, a recusa do mercado sob o pretexto da iniquidade, impõe-se absolutamente a descoberta de uma **terceira via**. Esta não poderá estruturar-se sem ter em conta a dimensão moral de toda a Economia política. Designadamente: critérios morais polarizados nas preocupações do igualitarismo social; uma preferência dada aos espaços locais e familiares; salvaguarda de ritmos de vida diferenciados; protecção do meio ambiente; e, contra o produtivismo míope e estúpido, uma forte componente de articulação entre as gerações. É preciso tornar a questionar aquela distinção essencial de Hume entre **o que é** ('what is') e **o que deveria ser** ('what ought to be'). O conhecimento científico não pode esquecer as regras morais. Os cientistas das ciências sociais e/ou humanas trabalham necessariamente com matéria prima de carácter moral. Eles não podem ignorar esta norma.

Na verdade, e com todas as suas consequências, os mercados do capital global "tornam a democracia social inviável. Por democracia social, eu entendo-escreve John Gray (op. cit., p.88)-a combinação do défice financiado do pleno emprego, um alargado Estado de bem-estar e políticas de impostos igualitárias, o que existiu na Grã-Bretanha até aos últimos anos de 1970 e que sobreviveu na Suécia até aos primeiros anos de 1990".

8. - Como é sabido, os U.S.A. são, hoje, o bastião sem rival do Neoliberalismo e do famigerado e ilusório 'free market' globalista. Ora, o próprio 'laissez-faire' norte-americano (cf. idem. ibi, pp. 100 e ss.) do chamado 'free market' global, ou seja, esse pretensio **iluminismo** americano do mercado mundial, não passa, realmente, de um iluminismo serôdio e falso, o qual não só abastarda como contraria frontalmente o conhecido e tão mal-tratado Projecto Iluminista ocidental do oitocentos. Haverá sociedade nacional mais marcada e corroída por contradições estruturais do que a norte-americana?!...

Ao lado do peso crescente dos neo-conservadores e da sua predisposição para a dominação d'abord e a guerra imperialista, a Sociedade norte-americana experimenta hoje uma nova insegurança na Economia, que tem a ver com o desemprego e o emprego precário em escalas nunca vistas, o aumento apavorante das desigualdades para a grande maioria dos americanos, e as próprias prisões e penitenciárias que funcionam já como a solução-mestra normal para toda a série de processos de marginalização e de exclusão social. A tal ponto que a América está emergindo para a condição de país-nação **pós-ocidental**, onde o 'free market' se tornou irreformável (vd. idem* ibi, pp. 121...; pp. 124...; pp. 128...; pp. 130...).

Nos EUA, actualmente, as chamadas 'classes perigosas' são engavetadas na prisão. O Estado abandonou as últimas preocupações sociais para se volver num 'Estado carcereiro' (cf. 'Le Monde Diplomatique', Julho de 1998, pp. 20-21). Com a norte-americana cultura McWorld, destinada apenas a uma suposta sociedade universal de consumidores, os EUA estão a apostar satanicamente num projecto contra a democracia e a eliminar de cena, definitivamente, os cidadãos e o sufrágio universal ('Le Monde Diplomatique', Agosto de 1998, pp. 14-15; pp. 16-17; pp. 18-19).

Comprovadamente, pois, o 'laissez-faire' do séc. XVII, vasado na sua edição do último quartel do séc. XX, está de facto a corromper-se e a ruir às mãos das grandes corporações económico-financeiras e das multi-transnacionais. Aliás, nem são, efectivamente, os mercados que estão a **globalizar a Economia**, mas, outrossim, as novas tecnologias draconeanamente impostas e os interesses financeiros das firmas multinacionais, as quais se fundem cada vez mais, resultando, assim, em número cada vez menor.

Os **mercados livres**, na verdade, não se auto-regulam!... Eles nunca, afinal, se auto-regularam, historicamente falando. Essa é, pois, uma ideia arcaica e falsa!... Nem, por outro lado, é reformável o 'free market' americano nas condições actuais (cf. John Gray, op. cit., pp. 130-132), a menos que ele próprio faça o seu haraquiri estrutural. Há, por consequência, que mudar de rumo, se não é o colapso de toda uma Civilização aquilo a que iremos assistir!...

9. - Precisamos, pois, imperiosa e urgentemente, de rever, numa crítica sistemática porfiada, os próprios **mitos fundadores da Modernidade**. Nomeadamente: o conceito de **natural** em antítese com o conceito de **cultural/civilizacional** (aí incluído o próprio 'direito natural', o qual, largamente inflacionado em teoria, está ainda bem longe de ser respeitado e cumprido, no panorama dos países e nações da terra); as clássicas teorias do **contrato social**, que tanta confusão e mistagogia têm acarretado consigo; as conhecidas teorias rousseauianas do 'bom selvagem'; a teoria moderna do **Poder soberano** (dos Estados) face à chamada **vida nua**, que ele engendra fatalmente; aquela doutrina da Democracia puramente representativa, que acabou por deixar tolhida e desarmada a Liberdade responsável do Indivíduo-Pessoa (a última fonte da sua dignidade) e converteu as sociedades modernas (apesar de todo o seu aparato de progresso material e de desenvolvimento tecnológico) em bandos ou rebanhos, mais ou menos domesticados.

Que é preciso rever criticamente todos esses mitos constitui um postulado axiomático que assenta, hoje, em três exigências ético-morais incontornáveis: A) A Modernidade ocidental não envolveu só dimensões e aspectos positivos; ela carregou consigo muitas negatividades e perversidades. B) Por outro lado, a famigerada Pós-modernidade, em que vivemos hoje, não pode ser por nós considerada **ingenuamente**, como se ela só encerrasse aspectos e dimensões negativos em confronto com as Luzes da Modernidade: Há, efectivamente, na Pós-modernidade muita coisa positiva, correctora dos erros e desvios da Modernidade, ao lado, também, obviamente,

de muita coisa avulsa, errática e negativa. Como em tudo, há que proceder ao joeiramento, há que saber aplicar a 'discretio spirituum'. C) Do ponto de vista (mais radical) da Evolução biológica, num percurso espaço-temporal que prossegue até chegarmos aos estádios da Psicofera e, depois, da Antropofera, aquilo a que chamamos **Natureza, natural, selecção natural** (à Darwin, por exemplo), ostenta, iniludivelmente, aspectos e dimensões **positivos e negativos**.

Daí que, desde logo, não faça sentido, por exemplo, reivindicar e defender, em Psico-pedagogia, o chamado **homem natural** de Rousseau, o 'bom selvagem', enquanto modelo para edificar todo um processo de educação, de aculturação e de civilização. Deve saber-se, aliás, que uma tal orientação paga o seu tributo ao errado e perverso mecanicismo cartesiano em ciências sociais e/ou humanas, como são, evidentemente, as psico-pedagógicas. De resto, esse '**homem natural**' verdadeiramente não existe, nem nunca existiu historicamente. É, na sua origem, uma ficção. E seria hoje uma perversão da linguagem tomá-la como 'realidade virtual'!... Daí, igualmente, que não passe de uma boa ou má ficção (depende dos fins e da sua utilização), a própria teoria (ou doutrina) do **contrato social**, em Rousseau como em Hobbes, e nos demais filósofos sociais e políticos, constituídos em pais fundadores da Modernidade.

10.- O próprio binómio antitético **Natural//Sobrenatural (Natureza//Sobrenatureza)** tem, ele mesmo, de ser considerado **criticamente**, de modo nenhum, por conseguinte, em esquemas dogmáticos, segundo a semântica que a Tradição cultural no Ocidente lhe conferiu, ao longo destes dois mil anos de Cristianismo abastardado pela Igreja institucionalizada. De igual modo, carece de uma revisão crítica profunda o binómio **Selvagem** (ou **Primitivo//Civilizado**; bem como os binómios **Ciência//Cultura e Ciência//Sociedade**.

Deve advertir-se que a **divinização** acelerada e precoce do Homem Jesus, concebida e elaborada em termos **metafísicos** (segundo a gramática filosófica da Hélade), contribuiu poderosamente, nas mãos dos poderes estabelecidos que integraram em seu benefício a Igreja dita cristã, para o avolumar gigantesco de todas as confusões, no ocidental Império metafísico do Mesmo com a sua sempiterna integração hierárquica da pluralidade e da diversidade no mundo unificado e uniformizado do Mesmo, por obra e graça da sempre predominante Cultura do Poder-dominação d'abord.

(continua)

Manuel Reis

Escola João Meira / Guimarães